

N. F. Nº - 281392.0174/22-5  
NOTIFICADO - SÉRGIO AUGUSTO RAIZER SERRATE  
NOTIFICANTE - PAULO CÂNCIO DE SOUZA  
ORIGEM - DAT METRO/INFAZ ITD  
PUBLICAÇÃO INTERNET – 05/10/2022

## 1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

### ACÓRDÃO JJF Nº 0163-01/22NF-VD

**EMENTA:** ITD. NULIDADE. INOBSERVÂNCIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. ILEGITIMIDADE ATIVA. O fato gerador do imposto ocorreu no Estado do Espírito Santo, competindo a este exigir o crédito tributário por ser o titular do direito. Descabe a exigência do imposto, conforme a acusação fiscal, haja vista que no caso de doação de créditos o ITD compete ao Estado onde tiver domicílio o doador, sendo, dessa forma, nula a Notificação Fiscal por ilegitimidade ativa do Estado da Bahia para exigência do imposto. Notificação Fiscal **NULA**. Decisão unânime.

## RELATÓRIO

A Notificação Fiscal em lide, lavrada em 14/04/2022, formaliza a exigência de ITD no valor histórico total de R\$ 3.360,00, acrescido da multa de 60%, em decorrência do cometimento da seguinte infração imputada ao notificado: *Infração 041.001.001 - Falta de recolhimento ou recolhimento a menor do ITD incidente sobre doação de créditos*.

Consta adicionalmente na descrição da infração que o Contribuinte declarou doação de R\$ 96.000,00 no IR ano calendário de 2016. Foi intimado via AR e houve retorno postal.

Período de ocorrência: 30/04/2017.

O notificado apresentou impugnação (fl.18). Alega que a doadora, senhora Marlene Raizer Serrate (mãe) é domiciliada no Estado do Espírito Santo conforme consta na DIRPF anexada. Consigna que com base no art. 155, inciso I, § 1º, da CF, na discriminação da competência dos Estados para instituir e cobrar ITD, o imposto referido é devido ao Estado de origem em que o doador se encontra. Reproduz o referido dispositivo constitucional.

Observa que de acordo com a documentação anexada, o valor recebido em doação de R\$ 96.000,00 teve o seu recolhimento do ITD no Estado do Espírito Santo, pela Secretaria da Fazenda do referido Estado, local onde a doadora está domiciliada na data de 21/12/2016.

Salienta que o valor recebido por doação pelo senhor Sergio Augusto Raizer Serrate, CPF Nº. 291.493.041-00, foi declarado em sua DIRPF no valor de R\$ 96.000,00 no ano de 2017, ano calendário de 2016, conforme cópia anexada. Acrescenta que o valor referente ao imposto devido foi recolhido no Estado do Espírito Santo pela senhora Marlene Raizer Serrate, conforme cópia do ITCD anexada.

Finaliza a peça impugnatória dizendo que restou demonstrada a improcedência do lançamento.

O notificante prestou Informação Fiscal (fl.34). Consigna que por intermédio de convênio de cooperação técnica firmado com a Receita Federal, a Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia deu início ao cruzamento de informações prestadas nas Declarações de Imposto de Renda de Pessoas Físicas e Jurídicas domiciliadas neste Estado, relativas a situações que indiquem possível falta de recolhimento do ITD instituído pela Lei Estadual n. 4.826/89.

Esclarece que com base nessas informações o senhor Sergio Augusto Raizer Serrate, inscrito no

CPF sob o n. 291.493.041-00 foi notificado pela SEFAZ/BA, para recolhimento do ITD referente à doação recebida e declarada na DIRPF, ano calendário 2016.

No tocante às alegações defensivas diz o seguinte:

- 1) Na declaração de IR do notificado, verifica-se que a doadora foi Marlene Raizer Serrate, CPF Nº. 708.110.677-34;
- 2) Na declaração de IR de Marlene Raizer Serrate, verifica-se que o domicílio fiscal é o Estado do Espírito Santo.

Observa que de acordo com a lei, o imposto é devido ao Estado do Espírito Santo onde a doadora era domiciliada em 2016 quando ocorreu o fato gerador. Reproduz o art. 8º, incisos I e II, da Lei n. 4.826/89.

Finaliza a peça informativa dizendo que não há crédito tributário a ser exigido pelo Estado da Bahia e opina pela improcedência da Notificação Fiscal.

## VOTO

Conforme a acusação fiscal, o notificado Sergio Augusto Raizer Serrate, CPF Nº. 291.493.041-00, declarou em sua DIRPF doação no valor de R\$ 96.000,00 no ano de 2017, ano calendário de 2016, contudo não recolheu o ITD incidente sobre a doação de créditos.

O notificado apresenta o seu inconformismo quanto à acusação fiscal, alegando que a doadora, senhora Marlene Raizer Serrate é domiciliada no Estado do Espírito Santo conforme consta na DIRPF. Afirma que o art. 155, inciso I, § 1º, da CF, ao tratar da competência dos Estados para instituir e cobrar ITD, estabelece que este é devido ao Estado de origem em que o doador se encontra. Alega, ainda, que o valor de R\$ 96.000,00 recebido em doação foi recolhido no Estado do Espírito Santo pela senhora Marlene Raizer Serrate, conforme cópia anexada.

O artigo 155, I, § 1º, II, da Constituição Federal dispõe que:

*Art. 155. Compete aos Estados e ao Distrito Federal instituir impostos sobre:*

*I - transmissão causa mortis e doação, de quaisquer bens ou direitos;*

*§ 1º O imposto previsto no inciso I:*

*[...]*

*II - relativamente a bens móveis, títulos e créditos, compete ao Estado onde se processar o inventário ou arrolamento, ou tiver domicílio o doador, ou ao Distrito Federal;*

Já o artigo 8º, incisos I e II, alíneas “a” e “b”, da Lei nº 4.826/89, estabelece que:

*Art. 8º Considera-se local da transmissão “CAUSA MORTIS” ou doação:*

*I - tratando-se de imóveis e de direitos a eles relativos, o da situação dos bens;*

*II - tratando-se de bens móveis, direitos, títulos e créditos, onde tiver domicílio:*

*a) o doador ou onde se processar o inventário ou arrolamento;*

*b) o donatário, na hipótese em que o doador tenha domicílio ou residência no exterior;*

A leitura dos dispositivos normativos acima reproduzidos permite constatar que o Estado da Bahia não tem legitimidade ativa para exigir o ITD, haja vista que na DIRPF do notificado, consta que a doadora foi Marlene Raizer Serrate, CPF Nº. 708.110.677-34, cujo domicílio fiscal é o Estado do Espírito Santo, conforme consta na sua DIRPF.

Assim sendo, considerando que o fato gerador do imposto ocorreu no Estado do Espírito Santo, competindo a este exigir o crédito tributário por ser o titular do direito, descabe a exigência do imposto conforme a acusação fiscal, haja vista que no caso de doação de créditos o ITD compete ao Estado onde tiver domicílio o doador, sendo, dessa forma, nula a Notificação Fiscal por ilegitimidade ativa do Estado da Bahia para exigência do imposto.

Voto pela NULIDADE da Notificação Fiscal.

## RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por

unanimidade, em INSTÂNCIA ÚNICA, julgar **NULA** a Notificação Fiscal nº. **281392.0174/22-5**, lavrada contra **SÉRGIO AUGUSTO RAIZER SERRATE**.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 01 de setembro de 2022.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS – PRESIDENTE/RELATOR

LUIS ROBERTO DE SOUSA GOUVÊA – JULGADOR

OLEGÁRIO MIGUEZ GONZALEZ – JULGADOR